ISSN: 2358-8829

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL II: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA TÉCNICA AGRÍCOLA DE PUXINANÃ – PB.

Vanusa de Andrade Silva [1]
Judite Maria de Amorim [2]

1- INTRODUÇÃO

O determinado artigo tem como foco principal, fazer uma reflexão sobre a educação inclusiva no ensino fundamental II, tendo como ponte a experiência vivida no cotidiano da Escola Técnica Agrícola Joaquim Limeira de Queiroz, localizada no município de Puxinanã, com alunos que apresentam o transtorno do espectro autista, TEA. Nesse contexto, enfrentamos os desafios de acolher e formar alunos com essa deficiência intelectual e cognitiva, embora a mesma ainda não esteja plenamente preparada.

Vale ressaltar que o Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) deve contemplar normativas que tratem dos aspectos referentes à educação inclusiva bem como de uma revisão curricular anual para atender a este público-alvo da educação. Todos os funcionários e a comunidade escolar não podem se eximir desta responsabilidade, até porque existem leis que garantem os direitos dos estudantes. Neste sentido, é preciso amenizar as barreiras no ambiente escolar, de acordo com o Artigo 27 da Lei 13.146/2025 Lei Brasileira de Inclusão - LBI:

> CAPÍTULO IV - DO DIREITO À EDUCAÇÃO
>
> Art.27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015)

Embora haja essa previsão legislativa, observa-se a existência de entraves de natureza pedagógica devido à falta de estrutura nas escolas, aliada à ausência de profissionais que sejam preparados e habilitados para atuar diretamente com educação inclusiva, principalmente professores.

Em sua grande maioria os professores encontram dificuldades, desde o apoio pedagógico em sala de aula, pois a escola pesquisada, disponibiliza apenas uma pessoa para o apoio. Outro ponto importante, diz respeito à aceitação, socialização, interação e elaboração de atividades adaptadas para que aconteça o processo de ensino aprendizagem. Neste contexto, independentemente de sua formação, o docente deve buscar uma formação continuada que abranja cursos de extensão, especialização em educação inclusiva para enriquecer sua prática pedagógica com novos conhecimentos, possibilitando assim uma mudança relacionada com a visibilidade deste aluno.

Para tanto, há que se pensar em uma nova identidade na formação do professor, a qual contemple a formação inicial, faça da formação continuada um vetor de

ISSN: 2358-8829

profissionalização, introduza dispositivos concretos de criatividade, responsabilidade, confiança e avaliação construtiva. (DENARI; SIGOLO, 2016, p.28)

De acordo com a visão desses autores, evidencia-se que o processo de inclusão precisou passar por momentos históricos, sociais e políticos distintos em relação ao processo de segregação, integração até chegar à inclusão. É neste contexto que se verifica o maior dos desafios para os professores no sentido de acompanhar as mudanças previstas tanto nas leis quanto nas exigências de novos saberes e assim possam mediar conhecimentos de forma mais humanizada e inclusiva entre o estudante público alvo da educação especial.

2- METODOLOGIA

A metodologia apresenta o caminho percorrido na tentativa de buscar melhores práticas metodológicas, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, com leitura de artigos científicos, livros, leis de inclusão, com abordagem qualitativa e de campo para garantir um suporte teórico nas discussões e reflexões acerca do tema.

Neste contexto, a pesquisa abrange leitura de artigos sobre a educação especial na perspectiva da inclusão, transtorno do espectro autista, decretos, leis para desenvolver novos conhecimentos a respeito desta realidade educacional. De acordo com Gil (2008, p. 26) pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

Portanto, após a realização da leitura com subsídios teóricos para estabelecer conexão entre o questionamento e o processo da Educação Inclusiva, o artigo foi desenvolvido para percebermos a realidade da educação especial e inclusiva no ensino fundamental II. Para fundamentar esta pesquisa buscou-se apoio nos autores que estudam sobre educação inclusiva, formação de professores, autismo e inclusão, atendimento educacional especializado, leis que tratam de inclusão, práticas pedagógicas, recursos e estratégias, e assim responder ao questionamento referente às práticas inclusivas nesta escola por parte de alguns professores.

3- EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ASPECTOS HISTÓRICO

No tocante a educação de pessoas com deficiência no Brasil, observa-se um processo histórico nas décadas de 70, 80, 90, que delineou a conjuntura da sociedade, para que de fato a educação inclusiva pudesse estabelecer-se nas escolas.

Dentre os aspectos que envolvem a consolidação da educação inclusiva no Brasil, em 1970 ocorreram duas mudanças a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, 5.692/71 e o reconhecimento do direito da pessoa com deficiência, neste mesmo ano o Ministério da Educação, cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão responsável pela educação especial no País, fortalecendo assim, o cenário da inclusão.

Foi em 1980, que se caracterizou como um momento importante, com ações nacionais e internacionais para o processo de integração do aluno com deficiência na sala de aula regular. Neste contexto social e educacional, o aluno tinha que se adequar as instituições.

ISSN: 2358-8829

Para (Farias, 2022, p.11) de acordo com a inclusão das pessoas com deficiência destaca-se:

> No que se refere á inserção das pessoas com deficiência aos contextos social educacional buscou-se integrá-las de maneira que elas mesmas se adequassem ao funcionamento natural das instituições. Para que houvesse integração, havia a compreensão de que não se faziam necessárias mudanças para receber a pessoa com deficiência, sem ainda considerar a sua individualidade e suas peculiaridades. A pessoa era quem deveria se adaptar ao meio social.

Foi no decenário de 1980, que grandes contribuições ocorreram para as pessoas com deficiência, na rede regular de ensino. A criação do Programa Mundial de Ações, formulado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1982. Já no final, da mesma década, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, aperfeiçoada com a Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948), e a Declaração dos direitos da criança (ONU, 1989), para incentivar as práticas de inclusão na sala de aula regular.

De acordo com (Dantas 2021, p.46) os avanços contribuíram para:

> É exatamente com todos esses avanços internacionais e nacionais como pano de fundo que o movimento pela integração da pessoa com deficiência se consolida nessa década como uma estrutura educacional que oferece ao aluno a possibilidade de estar inserido tanto na classe regular quanto no ensino especial (escola e classe especial).

Apesar de ainda existir algumas barreiras, para a educação inclusiva, foi nessa década, que se criou a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), vista como um avanço devido a ser um instrumento que defende os estudantes vítima da exclusão por sua deficiência da rede educacional brasileira. E em 1989, teve seu auge, com criação da lei nº 8.069, que foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuindo também para integração destes alunos, onde veio garantir o atendimento educacional. Já em 1990 implantou-se um cenário com discurso de educação para todos, publicação de documentos nacionais, internacionais, reformas estruturais, educacionais, grandes movimentos destacaram-se como; Declaração mundial sobre educação para todos (Unesco, 1990) e a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que foi propagada em todo o País, incorporada como uma política pública de inclusão, no qual refletiu nas escolas, com o crescente número de matrículas, acolhendo todas as crianças independentemente de suas condições pessoais.

Anos depois veio outras Políticas Públicas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, que possibilitava algumas orientações para a inclusão escolar. Em 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146/2015, garantindo os direitos do processo inclusivo.

Já no ano de 2011, surgiu o Decreto 7.611 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, servindo de apoio para estes profissionais. No entanto, foi revogado, sendo atualizado para o decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, o qual

ISSN: 2358-8829

veio instituir a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

4– O AUTISMO

O termo autismo surgiu com alguns pioneiros como Eugen Bleuler, investigando e estudando os pacientes esquizofrênicos, anos depois Leo Kanner utilizando a experiência com crianças e adolescentes, desenvolve outra teoria. Além deles destaca-se Hans Asperger, que também revela o termo autista, seus estudos demoram a ser divulgados devido a estarem escritos no idioma alemão. Nos últimos anos, observa-se o crescimento de crianças e adolescentes que apresentam algum tipo de transtorno principalmente aqui neste contexto o Transtorno do Espectro Autista (TEA), refletindo no ambiente escolar no qual muitas famílias buscam o desenvolvimento emocional, físico, social, intelectual deste público alvo da educação especial, buscando um determinado avanço no seu potencial.

O processo de inclusão escolar de crianças, adolescentes na escola regular de ensino é uma prática que contribui positivamente não só para os estudantes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) mas toda a comunidade escolar, pois permite a socialização, o desenvolvimento emocional e consequentemente influencia no ensino, aprendizagem e nas habilidades e competências.

Sendo assim, quando se fala em educação inclusiva, considera-se todos os alunos que apresentam algum tipo de deficiência, entretanto esta pesquisa aborda e discute principalmente, os alunos que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Segundo Gomes, 2015, p.22):

> O autismo é um transtorno grave, que acomete a sequência e a qualidade do desenvolvimento infantil, caracterizado por alterações sociais e de comunicações por interesses restritos, fixos e intensos e comportamentos repetitivos. (Gomes,2015, p.22).

As matriculas de alunos com o Transtorno do espectro autista (TEA), ou outros tipos de necessidades especiais na escola regular, gera muitas preocupações, tanto pela família e escola, pois estes alunos com transtorno do espectro autista podem enfrentar algumas dificuldades na adaptação ao ambiente escolar. Neste contexto educacional, surgem alguns questionamentos entre a família e os profissionais devido a adequação da escola, atividades, rotina do aluno e a falta de conhecimento sobre a educação especial na perspectiva inclusiva.

Com isso, a formação em educação inclusiva é importante, pois trabalhar com alunos que apresentam algum tipo de deficiência, como o autismo requer habilidades para que este aluno permaneça na escola, sala de aula. Entretanto, o professor precisa ter conhecimento do caminho educacional a ser percorrido com este aluno que apresenta o transtorno do espectro do autismo com questionamentos como; por onde começar? Que atividades podem ser realizadas? Aluno sabe ler, escrever? Se não sabe ler escrever, vai aprender? ou seja, trabalhar aspectos da escola, conhecer o funcionamento do cérebro,

comportamento e nível do aluno, ou seja, até onde pode produzir em sala de aula no processo educativo.

Ao implementar a educação especial na perspectiva inclusiva, precisa elaborar uma Política Municipal de Educação Especial e Inclusiva para adaptar-se a este novo cenário, com modificações no planejamento, currículo, projeto político pedagógico, atividades adaptadas, construção do Plano Educacional Individualizado (PEI), oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), como também os professores no ensino regular desde a educação infantil ao ensino fundamental, mudar a sua visão incapacitante do aluno com necessidades especiais e envolver -se no processo educativo deste estudante para promover a inclusão No contexto escolar, algumas práticas são essenciais para promover a inclusão de crianças autistas, segundo (Ramalhais, et al. 2024, p.27).

> **Capacitação de Professores:** Os educadores devem receber formação adequada para compreender as especificidades do TEA e adquirir as habilidades necessárias para oferecer suporte eficaz em sala de aula.
> **Adaptações Curriculares:** Os professores precisam adaptar o currículo e as estratégias de ensino para atender às necessidades individuais das crianças autistas, utilizando recursos como linguagem clara, instruções visuais e tecnologias de assistência à comunicação.
> **Suporte Personalizado:** Alguns alunos com TEA podem necessitar de suporte individualizado adicional, como assistentes de ensino ou terapeutas comportamentais, para alcançar seu potencial máximo de aprendizado.
> **Ambiente Físico Apropriado:** A estrutura física do ambiente escolar deve ser ajustada para acomodar as necessidades sensoriais das crianças autistas, incluindo a redução de estímulos distrativos, como ruídos excessivos e luz intensa.
> **Promoção da Interação Social:** As escolas devem fomentar oportunidades de interação social positiva entre todos os alunos, incentivando atividades grupais, jogos cooperativos e projetos colaborativos que estimulem o desenvolvimento de habilidades sociais.
> **Sensibilização e Educação Continuada:** É fundamental que toda a comunidade escolar esteja sensibilizada e bem informada sobre o TEA, promovendo a compreensão e o respeito às diferenças individuais.
> **Parceria com os Pais:** Os pais desempenham um papel crucial no processo educacional de seus filhos autistas, sendo essencial estabelecer uma parceria colaborativa entre a escola, os pais e a equipe multidisciplinar para garantir uma abordagem holística e abrangente. (Ramalhais, et al. 2024, p.27)

Vale ressaltar, que o autismo tem os níveis de gravidade, importante processo de conhecimento para que os professores elaborarem atividades adaptadas destinadas a este público alvo da educação especial, de acordo com o nível do aluno. Com isso, o professor precisa ter um certo conhecimento, formação e interesse em desenvolver prática educativa sobre a educação especial na perspectiva da inclusão.

. O diagnóstico é realizado por um profissional da área da saúde mental como um psiquiatra ou psicólogo, que envolve muitas intervenções, testes, entrevistas com familiares, paciente bem como a observação de comportamento. O tratamento para o Transtorno do Espectro Autista, deve-se a um acompanhamento com medicações e uma equipe multidisciplinar médicos, fonoaudiólogos, terapeutas, psicólogos dentre outros profissionais de saúde. De acordo com, (Ferreira; Finatto; Savall; 2018, p.18)

ISSN: 2358-8829

O manual diagnóstico, o TEA apresenta-se em três níveis de gravidade, conforme o Quadro 1 disposto a seguir:

QUADRO 1 – NÍVEIS DE GRAVIDADE DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Nível 1 **(exigindo apoio)**	**Nível 2** **(exigindo apoio substancial)**	**Nível 3** **(exigindo apoio muito substancial)**
Déficit na comunicação social causando prejuízos notáveis nas interações sociais; interesse reduzido por interações sociais. Inflexibilidade de comportamento, dificuldade em trocar de atividade, obstáculos para independência (dificuldade de organização e planejamento).	Déficit grave na comunicação verbal e não verbal, causando prejuízos de funcionamento e limitação nas interações sociais. Inflexibilidade de comportamento, dificuldade em lidar com mudanças, comportamentos restritos/repetitivos que interferem no funcionamento.	Déficit grave na comunicação verbal e não verbal, causando prejuízos graves de funcionamento e grande limitação nas interações sociais. Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com mudanças, comportamentos restritos/repetitivos que interferem acentuadamente no funcionamento.

Fonte: *American Psychiatric Association* (2014, p. 52), adaptado pelas autoras.

5– FORMAÇÃO DO PROFESSOR, ATIVIDADES ADAPTADAS, PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - PEI

Em 1972, foi o início da formação de Professores de Educação Especial no Brasil em nível superior, que envolveu um percurso histórico com o Parecer do Conselho Federal de Educação nª 252/69 de Valnir Chagas relator que possibilitou a divisão da formação docente em especialistas como Orientador Educacional, Administração, Supervisão e Inspeção escolar no curso de Pedagogia.

No final da década de 60 e início dos anos 70, os cursos de Pedagogia oferecem a habilitação em Educação Especial nas áreas da deficiência auditiva, física, mental e visual. A primeira (LDB)Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nª4.024/61 expressava a educação brasileira com acessibilidade a todos e necessidade de inclusão. Com isso, a Lei nº. 5.692/1971 trouxe modificações:

> A Lei nº. 5.692/1971 reduziu a formação de professores para o antigo ensino primário a uma habilitação. Instituiu a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau; porém a separação entre teoria e prática continuava presente na nova estrutura do curso, um dos motivos das discussões sobre a formação de professores que marcaram os anos de 1980 e 1990.(Anjos; Souza p.02, 2018).

Mediante o exposto percebe-se que a formação era exclusiva para professores que trabalhavam em escolas especiais existindo uma dualidade no Curso de Pedagogia. Na década de 90, novas discussões surgiram sobre a Educação Especial no Brasil com a Declaração Mundial de Educação para todos, declaração de Salamanca, ocorridos na Espanha, que permitiram a mudança na legislação brasileira, garantindo o direito a escola regular, causando impacto no modo da formação de professores, influenciando a política de educação inclusiva no Brasil e em todos os Países.

ISSN: 2358-8829

Já na segunda lei de diretrizes e Bases da educação 5.692/1971, faz algumas alterações na primeira LDB de1961, na qual os alunos com deficiência precisavam seguir novas regras do Conselho de Educação. Com a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 208, no inciso I e II, aborda a educação básica obrigatória de 4 a 17 anos, como também garante o direito ao atendimento educacional especializado na escola de ensino regular, surgindo assim um novo documento para a educação especial e inclusiva.

Em 1996, surge a LDB 9. 394, que no capítulo V, define a educação especial e aborda a formação de professores em nível médio ou superior, políticas públicas para estes estudantes. Com isso, surgiram várias políticas de educação pública que contribuíram significativamente para a consolidação da educação especial e inclusiva, sendo um grande luta e desafios enfrentados pela sociedade, principalmente pelas famílias de crianças e adolescentes atípicos, garantindo o direto de acesso e atendimento.

Em 2002, surgem as Diretrizes Curriculares Nacional para a Formação de Professores de Educação Básica, resolução CNE/ CP Nª 1/2002, definindo que as instituições de nível superior abordassem conhecimentos sobre as particularidades dos estudantes com deficiência.

O Ministério da Educação em 2007, lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, com o intuito de melhorar a educação especial e inclusiva apresentando alguns eixos.

Para consolidar o Ensino Inclusivo, em 2007, o MEC lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação– PDE, que tem como eixos: a formação de professores para a Educação Especial; a implantação de salas de recursos multifuncionais; a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares; o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na Educação Superior.

Em 2008, o MEC lançou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), reforçando a necessidade da preparação de todos os professores para a inclusão escolar, tendo como objetivos: o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. E orienta os sistemas de ensino para que promovam respostas às necessidades educacionais e garantam a transversalidade da Educação Especial desde a Educação Infantil até a Educação Superior. (Anjos; Souza, p.02, 2018).

A Formação de professores na educação básica é um tema importante para desenvolver a educação especial e inclusiva nas escolas. No contexto atual, esta temática tem bastante relevância em congressos, seminários e jornadas pedagógicas, pois abrangem a busca de práticas educativas que contribuem significativamente na aprendizagem de alunos(as) matriculados nas escolas regulares que apresentam necessidades educativas especiais.

Esta amplitude de discussões é um reconhecimento crescente que está presente em nossas escolas principalmente nas práticas educativas, atividades avaliativas, currículo, projeto político pedagógico, plano municipal de educação, sala de recursos multifuncional, formação de professores dentre outros aspectos.

A escola como uma instituição responsável por acolher crianças e adolescentes, deveria desenvolver uma educação de qualidade, respeitando as diferenças sociais, cognitivas, emocionais dos estudantes. Os Profissionais da Educação deveriam proporcionar flexibilidade pedagógica nas práticas educativas, conhecimento das leis,

ISSN: 2358-8829

realizar o Plano Educacional Individualizado para conhecer o aluno permitindo assim o mapeamento das suas dificuldades. No seguinte Decreto de nª 12.686/25 que Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial e Inclusiva, mostra no Capítulo I - Da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, com a finalidade de garantir o direito à educação em um sistema educacional inclusivo para estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. (Brasil, 2025).

Desta maneira, observa-se um longo processo histórico, para implantar e consolidar a educação especial na perspectiva inclusiva, sendo uma mobilização social construída com legislações, documentos nacionais, internacionais, políticas educacionais que fortalecem o caminho dos profissionais da educação na luta para a transformação de práticas educativas que possibilitem um ambiente acessível, acolhedor para o público alvo da educação especial.

A Lei Brasileira de Inclusão, criada em 2015, ampliou uma reflexão mais profunda sobre o conceito de deficiência, trouxe algumas estratégias para promover a acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal, oferta de serviços dentre outros aspectos, valorizando as diferenças, permitindo a sociedade e as famílias o direito de inclusão. A Lei Brasileira de Inclusão no Capítulo I - Disposições Gerais menciona no:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (Brasil, 2015)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 2017, um documento que foi elaborado para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, estabelecem a organização do currículo das escolas brasileiras. Em seu contexto, menciona como foco a equidade mostrando um compromisso com os alunos público alvo da educação, com práticas pedagógicas e consequentemente com o currículo.

Além disso, apresenta também as competências gerais da educação básica, dentre elas a valorização da diversidade, o exercício da empatia para o processo educativo acontecer com equilíbrio.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento orientador que estabelece as aprendizagens essenciais que todos os alunos brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica. No contexto da educação inclusiva, a BNCC enfatiza a importância de promover práticas pedagógicas que atendam à diversidade, incluindo a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A BNCC destaca a necessidade de considerar as especificidades de cada aluno, reconhecendo que as diferenças individuais devem ser respeitadas e valorizadas. Para alunos com TEA, a BNCC sugere a adaptação curricular como uma estratégia para atender às suas necessidades específicas, garantindo seu pleno desenvolvimento. (Bezerra, p .09, 2024)

Considerando a criação de leis e documentos para a implantação da Educação Especial e Inclusiva, sempre nos remete a formação de professore junto com práticas pedagógicas, elaboração de atividades adaptadas desafiando os profissionais da educação, pois os estudantes são diferentes e os caminhos percorridos precisam de conteúdos,

recursos didáticos e uma abrangência de conhecimentos principalmente nos estudantes do ensino fundamental II, que é um período de transição. A Secretária de Educação do município de Puxinanã, disponibilizou aos professores a elaboração do (PEI) Plano Educacional Individualizado possibilitando informações dos alunos com necessidades especiais. Com relação ao Projeto Político Pedagógico da escola, atualizado este ano fez uma ênfase na Sala de Recursos, focalizando o atendimento em horário contraturno. Acreditamos que uma nova atualização do Projeto Político da escola, terá novas informações como a construção do Plano Educacional Individualizado e o Estudo de Caso.

Existe no Município o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), formado por uma equipe técnica que realizam visitam nas escolas e formação na área de educação especial e inclusiva, a psicopedagoga auxilia na construção do Plano Educacional Individualizado (PEI). Além disso, disponibiliza um veículo para conduzir alunos público alvo da educação especial para Campina Grande, trabalha com doações de cadeiras de roda, oferece na rede escolar o Atendimento Educacional Especializado, no qual os alunos participam em horário contraturno e projetos escolares que contribuem para o desenvolvimento educacional destes alunos.

De acordo com os dados coletados nas escolas do município do fundamental II, obtemos os seguintes dados:

Quadro 2 – Alunos com TEA, das Escolas do Município; Fundamental II

ESCOLAS	SEXO	2023	2024	2025	2026
ETAP	FEMININO	03	03	06	05
	MASCULINO	06	04	06	09
ECG	FEMININO	-	01	01	03
	MASCULINO	-	02	02	05
EMRN	FEMININO	01	01	01	02
	MASCULINO	01	04	07	06

De acordo com a pesquisa realizada nas instituições escolares do fundamental II, do município de Puxinanã o quantitativo masculino é crescente em relação ao sexo feminino. Com isso, a realidade apesentada não é diferente de outros municípios pequenos, pois está sendo desenhado um caminho para o processo de inclusão com criação de políticas públicas e centros de atendimento, sala de recursos multifuncionais, dentre outros.

Portanto, na escola onde foi realizada a pesquisa os profissionais da educação responderam ao questionário sobre formação do professor, atividades adaptadas e PEI, percebemos que seis professores de diferentes áreas, tinham conhecimento da elaboração de atividades, enquanto 04 professores não sabiam elaborar atividades adaptadas.

ISSN: 2358-8829

6 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste estudo referente a experiência no ensino fundamental II, mostra uma realidade na qual existe o atendimento educacional especializado para alunos com transtorno do espectro autismo e outras deficiências. A Secretaria de Educação (SEDUC) realizou a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), neste ano de 2026.

O Atendimento educacional especializado é realizado em horário contraturno, no turno da manhã e tarde, alguns alunos residem na zona rural e urbana do município, ao qual frequentam o ensino regular. Esta instituição escolar municipal possui um quadro de professores com licenciaturas, especialização nas suas respectivas áreas e mestrado. Mesmo assim, percebe-se que existe uma dificuldade relacionada aos alunos com necessidades especiais.

A pesquisa realizada nas escolas do Ensino Fundamental II, apresenta uma quantidade de discente com Transtorno do Espectro Autismo (TEA), demonstrando um índice maior no sexo masculino até o ano de 2026. Informações estas, cedidas pelas escolas, através de dados que foram obtidos com requerimentos aos gestores e lista de alunos com suas especificidades apresentadas aos professores pela Psicopedagoga.

7- CONSIDERAÇÃOES FINAIS

Mediantes os estudos teóricos apresentados neste artigo, sobre as práticas de inclusão de alunos com transtorno do espectro autismo, conclui-se que o sistema educacional possui entraves na inserção, garantia e permanência de alunos com deficiência, mesmo com tantas lutas e conquistas no espaço escolar.

Com a aplicação do questionário feito com os professores, as respostas obtidas foram que alguns fazem as atividades adaptadas, outros apresentam dificuldades. A Sala de recursos Multifuncional considera de extrema importância, suporte individualizado do aluno no processo de aprendizagem, auxilio, direcionamento para os profissionais da educação entenderem a condição de cada aluno e aprimoramento das habilidades.

A escola pesquisa é dividida em blocos, possui uma área de 2.109,92 metros quadrados com muro, ginásio poliesportivo coberto em construção, uma quadra poliesportiva sem cobertura, com secretaria, gestão escolar, equipe de 34 professores, supervisora escolar, localizada na zona rural do Município de Puxinanã.

Portanto, vivemos em um País que participou de muitas discussões para estruturar as mudanças necessárias sobre o processo de inclusão, proposta e criação de leis, escrita com muita qualidade, porém, na prática percebemos que ainda existe um longo caminho a ser percorrido. Importante observar que, os alunos com necessidades especiais possuem o mesmo direito de oportunidades, mesmo sendo muitas vezes desiguais, precisam ter a socialização e a aprendizagem.

ISSN: 2358-8829

Enfim, ainda precisa ser feito muitas ações, investimentos para garantir a educação inclusiva com qualidade, para que estes alunos público alvo da educação especial possam desenvolver-se com as suas habilidades e competências.

8 – REFERÊNCIAS

DOS ANJOS, Rita de Cássia A. Abrantes; DE SOUZA, Thamara Maria. A formação de professores na perspectiva da Educação Inclusiva. **Anais da ANPED,** 2018. Trabalho apresentado no XIV Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste – Reunião Científica Regional da ANPED – Educação e Democracia: desafios e resistências da pós-graduação. Disponível em: https://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/5/3423-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 20 maio 2026.

BEZERRA, Elijane da Rocha. **Cartilha azul:** Estratégias para a inclusão de alunos com TEA. Produto Educacional apresentado ao Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional/UEPB. 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1o5s7mVeJfWKOqSZYwDsMSL7eI_tmjP9v/view. Acesso em: 29 maio 2026.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 24 de maio de 2026.

BRASIL. **DECRETO Nº 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm Acesso em: 24 maio 2026.

DANTAS, Taísa Caldas. Panorama Histórico da Educação da Pessoa com Deficiência no Brasil. *In*: FARIAS, Adenize Queiroz de; MASSARO, Munique (org.). **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO ESPECIAL:** O QUE É NECESSÁRIO SABER. João Pessoa: editora UFPB,2021. p. 42-58.

DENARI, Fátima Elisabeth; SIGOLO, Silvia Regina R. L. **Formação de professores em direção à Educação Inclusiva no Brasil**: dilemas atuais. In: POKER, Rosimar Bortolini; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; GIROTO, Claudia Regina Mosca (org.). Educação inclusiva: em foco a formação de professores. Marília: Oficina Universitária, 2016. Cap. 1. p. 15-31.DOI: https://doi.org/10.36311/2016.978-85- 7983-764-7.p15-31. Acesso: em 29 de maio de 2026.

FERREIRA, Lívia; FINATTO, Mariele. SAVALL, Ana Carolina R. **Definição do Transtorno do Espectro Autista. Transtorno do espectro autista: do conceito ao processo terapêutico**. São José: FCEE, 2018. Disponível em: www.fcee.sc.gov.br. Acesso em: 29 de maio de 2026.

GOMES, Camila Graciela Santos. **Ensino de leitura para pessoas com autismo**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015. Disponível em: https://proinclusao.ufc.br/wpcontent/uploads/202/05/ensinodeleituraparacriancascomautismo.pdf. Acesso em: 17 de fev. de 2026.

RAMALHAIS, Taíza Fernanda (org.). **Compreendendo o Autismo**. Formiga: Editora Union, 2024. 34 p. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/744198/2/Compreendendo%20o%20Autismo.pdf. Acesso em: 29 maio 2026.

SAVALL, Ana Carolina Rodrigues; DIAS, Marcelo. **Definição do Transtorno do Espectro Transtorno do espectro autista: do conceito ao processo terapêutico**. São José: FCEE, 2018. Disponível em: https://www.fcee.sc.gov.br/informacoes/biblioteca-virtual/educacao-especial/cevi/1075-transtorno-do-espectro-autista-do-conceito-ao-processo-terapeutico/file. Acesso em: 29 de maio de 2026.